

Pelo direito de termos garantido um direito nosso

» PATRÍCIA CARRIJO

Juíza e presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço)

Os servidores públicos e a maioria das categorias da iniciativa privada lutam constantemente pela paridade dos reajustes de seus vencimentos com os do salário mínimo, referencial no país do que seria justo para corrigir a inflação e garantir que o trabalhador, se não tiver ganho real, pelo menos não acumule perdas salariais no decorrer de sua carreira. Essa reposição deveria ser assegurada a quem ingressou num cargo que lhe remuneraria com um certo poder de compra e que, por direito, seria mantido.

O psicólogo Fredrick Herzberg definiu, em sua teoria, os fatores de motivação que incentivam os funcionários a trabalharem mais e, ao mesmo tempo, aumentam a satisfação no trabalho. Dentro das necessidades na área emocional, ele catalogou o trabalho desafiador, o reconhecimento, os relacionamentos e o potencial de crescimento. Nas necessidades mais básicas e tangíveis estão segurança no emprego, salário e benefícios. Quanto à estrutura salarial, esta deve ser apropriada e razoável, e igual e competitiva para aqueles no mesmo nível.

No campo constitucional, a não reposição das perdas inflacionárias, como vem acontecendo no serviço público, pode ser considerada uma verdadeira redução dos vencimentos, proibida de forma bem explícita no Art. 37, no inciso X, da Constituição Federal, com a redação:

“A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data”.

Na magistratura, por exemplo, além dos atrasos, quando os vencimentos são reajustados, os índices ficam bem abaixo da perda inflacionária registrada naquele período. Nos últimos 15 anos, numa análise detalhada, eles acumularam perda de 44,7% se se comparar ao ganho do salário mínimo no mesmo espaço de tempo. Essa injustiça colabora, assim como em outras carreiras, para a evasão de quadros qualificados para atividades da iniciativa privada. Além de ser um desestímulo à atração desses quadros para se repor as perdas de pessoal da magistratura.

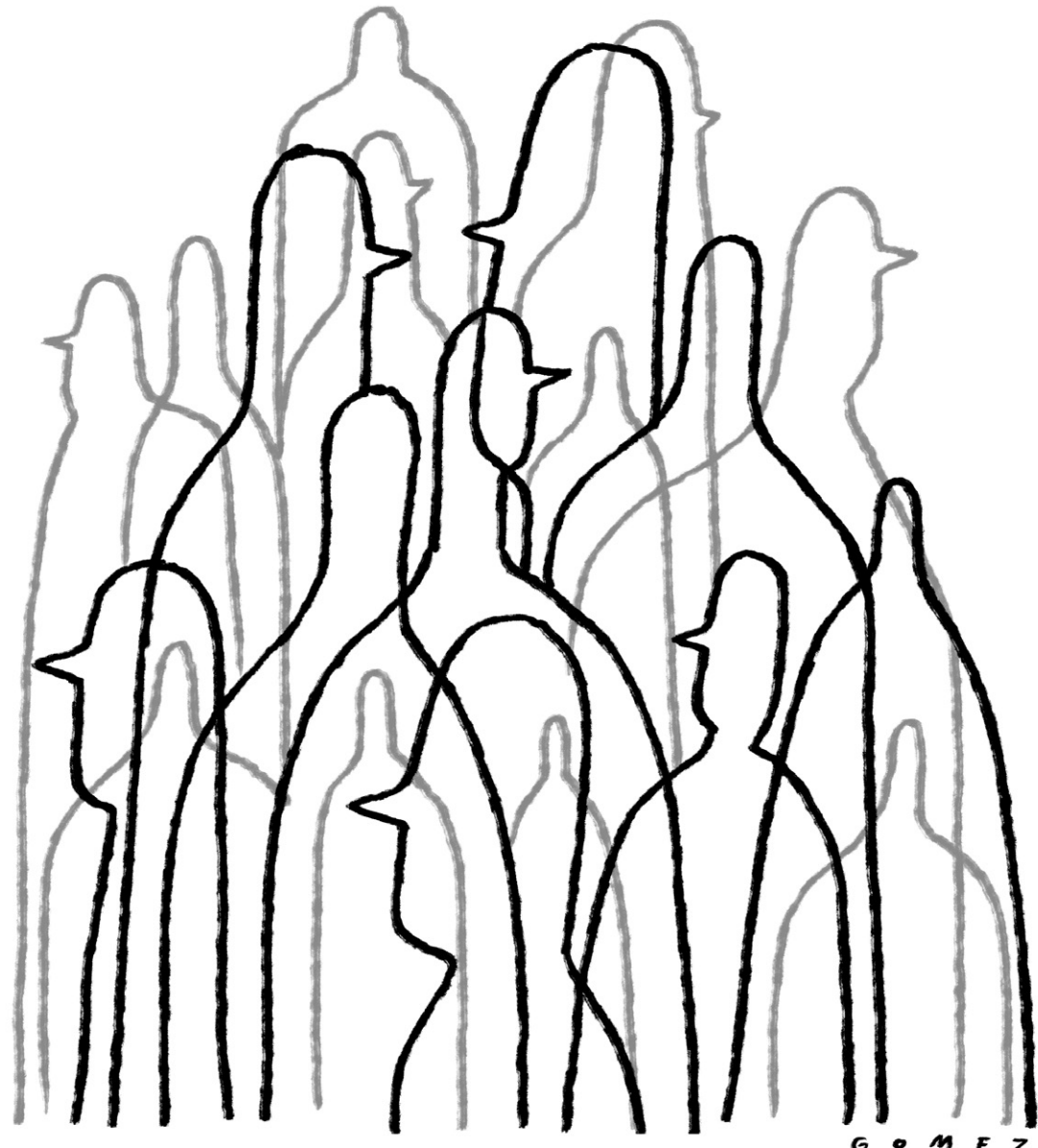
Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), na aprovação de sua proposta orçamentária para 2022, excluiu o reajuste salarial para os ministros da Corte. Os vencimentos deles servem de base para os de uma gama de servidores do serviço público,

dentre eles a magistratura, tão necessária à sociedade e que, no dia a dia, enfrenta muitas privações inerentes ao cargo, tão relevante e dotado de tamanha responsabilidade para quem o exerce.

Num momento de crises sanitária e econômica mundiais, a magistratura não está a exigir ganhos e avanços na carreira, mas se contrapor a medidas de políticas econômicas que aceitam aumento de gastos em áreas como eleitoral, com ampliação mais que generosa para o Fundo Eleitoral, em detrimento a pagar aos trabalhadores seus direitos assegurados em lei, que colaborariam na recuperação do poder aquisitivo que conquistaram ao ingressar no posto a que se propuseram, repondo as perdas com a inflação. Não se pode ficar à mercê dos governos tomarem a iniciativa dessa recomposição dos subsídios. Muito menos esperar por um cenário em que terão condições ideais para cumprir com o que nos é garantido.

A forma como os reajustes são concedidos, atualmente, nos faz lembrar do episódio do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quando Quincas Borba, em estado de mendicância, surrupia do amigo Brás seu relógio no momento em que o abraça para se despedir e agradecer pela ajuda recebida. Tempos depois, ele restitui ao amigo, nas palavras dele, “não com o mesmo, porém outro, não digo superior, mas igual ao primeiro”. A reparação, após a privação do uso do objeto, só foi possível porque o antes mendigo recebera de uns parentes uma volumosa herança inesperada.

A continuar no batido do relógio atual, ou na esperança de que recursos inesperados sejam conquistados pelo país para nos atender, em duas décadas os vencimentos dos magistrados descerão para algo próximo ao valor do salário mínimo. Isso para o alto nível de qualificação que nos é exigido. Não paremos no tempo.



As tragédias, os vulneráveis e as cotas raciais

» ELOI FERREIRA DE ARAÚJO

Ex-ministro da Igualdade Racial, ex-presidente da Fundação Palmares, advogada e embaixador do movimento Cotas Sim

Estamos em meio a um turbilhão de tragédias naturais, e a causada pelo vírus, que vêm vitimando milhares de pessoas, paralisando as economias locais e nos entristecendo diariamente. Elas têm relação direta ou indireta com as mudanças do clima. Também coloca a nu o resultado do uso indiscriminado dos recursos naturais, das queimadas e do desmatamento descontrolado para fins como do agronegócio, para mineração e mesmo para industrialização. Salta aos olhos o fato que poderiam ser evitadas ou terem seus efeitos minimizados com políticas públicas de prevenção, fundadas na ciência e sem negacionismo.

Essas tragédias recentes provenientes de muitas chuvas aconteceram em Minas Gerais, São Paulo, Bahia e, mais recentemente, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Em todos os casos, escancararam as graves desigualdades que o Brasil ainda experimenta, como consequência do triste passado de escravização de africanos e de seus descendentes. Não é coincidência que a maioria da população vulnerável, em razão das ocupações de encostas, da falta de saneamento e de moradias precárias em locais insalubres, seja constituída de afrodescendentes. É a parcela da população mais exposta à ausência de políticas públicas de habitação, sendo muitas

vezes obrigada a condições de vida indignas, e, sobretudo, à falta de mobilidade social.

O acesso à educação é a principal ferramenta para a promoção da mobilidade social e do desenvolvimento. Entretanto, no Brasil, a mobilidade social sempre foi dificultada à população de afrodescendentes. Com a Constituição cidadã, a garantia da educação pública para todos e todas deu um salto, mas o acesso ao ensino superior apenas experimentou democratização com a implementação da política de cotas para afrodescendentes. Antes delas, a presença de pessoas negras nas universidades era mínima, ainda que na composição da população brasileira seja cerca de 55% de toda a nação.

A existência de cotas não é, de forma alguma, novidade no Brasil. Na década de 1960, foi aprovada a implementação de um sistema de cotas no ensino superior por meio da adoção da chamada “lei do boi”, que reservava 50% das vagas dos cursos de ciências agrárias para os filhos de proprietários de terras. Essa legislação, nitidamente, visava apenas à manutenção do status quo do latifúndio e, por consequência, trabalhava para a preservação do modelo de desigualdade brasileiro, tanto no que tange ao acesso ao ensino superior, quanto ao acesso à terra. Jamais se ouviu ou se leu, contudo, uma linha de críticas àquelas

cotas, que existiram por quase vinte anos no sistema de ensino superior brasileiro.

Ao longo dos 10 anos da adoção das cotas raciais no ensino superior, na forma prevista pelo Estatuto da Igualdade Racial, as universidades públicas brasileiras viveram uma revolução democrática, que levou um pouco de cor e de afrodescendência aos bancos universitários. Porém, ainda há muito a ser resolvido, e a gritante desigualdade evidenciada nas tragédias recentes denuncia. A lei das cotas raciais precisa ser revisada neste ano, quando completa dez anos de sua vigência. As cotas como política de ação afirmativa são imprescindíveis para que o Brasil continue sua caminhada rumo a uma verdadeira democracia, que apenas existirá quando houver igualdade de oportunidades para todos e todas.

As cotas são um avanço civilizatório e humanitário, principalmente em um contexto em que as tragédias decorrentes da mudança do clima e sanitárias continuarão a ocorrer, sendo necessário, mais do que nunca, que todos e todas tenham acesso a uma vida digna, para que seja reduzido o número de vulneráveis. Assim, a mobilidade social poderá ser uma possibilidade real e não uma exceção. Portanto, a renovação da vigência das cotas raciais é imprescindível para o Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O antídoto ao pesadelo

Nem bem se livrou dos efeitos conjuntos da pandemia e de uma consequente recessão econômica, o Brasil começa a se preparar para receber o que pode ser a dose fatal, capaz de pôr fim ao ciclo histórico iniciado em 1500 com o descobrimento desta parte do mundo.

Trata-se aqui de mais uma temporada de governos da esquerda. Não de uma alternância normal e civilizada de governo, mas a entrega do comando do país, pela quarta vez, ao Partido dos Trabalhadores, que muitos brasileiros de bem consideram não como uma legenda política, mas como uma verdadeira quadrilha organizada, tal a sucessão de crimes que praticou ao longo de mais de uma década e que culminaram com a prisão da maioria de suas lideranças e de seus apoiadores.

Esses são apenas alguns dos muitos pesadelos que estão prometidos para a nação, caso essa turma volte a subir a rampa do Palácio do Planalto. Como se vê, não se trata aqui de meras suposições sobre o que virá, mas de todo um ideário trazido na algibeira por essa turma que almeja não apenas governar o país, mas controlá-lo e submetê-lo aos seus desígnios inconfessáveis. De certo que o retorno dessa turma encontrará um país ainda mais fácil de ser domesticado e subjugado.

A possibilidade concreta da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da volta dos cassinos, dos bingos e de todos os jogos de azar, emprestará a essas novas mentes da vida política, todos os instrumentos necessários para a lavagem de dinheiro e para o branqueamento da corrupção.

A angústia de homens e mulheres de bem deste país, ante a possibilidade de repetição desse pesadelo, só não é maior do que a certeza de que todos esses males serão, de fato, repetidos, acrescidos de outras medidas, que também virão para favorecimento apenas desses oportunistas.

Está inscrito ainda dentro das pretensões desse grupo o estabelecimento de uma série de medidas visando transformar as Forças Armadas em forças auxiliares do partido, a exemplo do que ocorreu com a vizinha Venezuela.

É bem provável que o retorno desse grupo venha a ser reforçado por todas as experiências que acumularam nos governos passados, principalmente reciclando experiências frustradas, a fim de torná-las efetivas, como é o caso da perpetuação no poder. O pesadelo anunciado somente poderá ser quebrado com um antídoto apropriado, que é o despertar da população e dos eleitores.

» A frase que foi pronunciada

“O aborto não é, como dizem, simplesmente um assassinato. É um roubo... Nem pode haver roubo maior. Porque, ao malgrado nascituro, rouba-se-lhe este mundo, o céu, as estrelas, o universo, tudo. O aborto é o roubo infinito.”

Mario Quintana

Máscaras

» Enquanto, na Europa, o uso de máscaras não é obrigatório, no prédio do Ministério Público Federal e de outros governamentais do Distrito Federal, os órgãos exigem o cartão de vacina, corretamente

Manutenção

» Os buracos da 710/910 Sul fazem estragos constantes. O leitor lembra da cratera na saída do Drive Thru da McDonalds da W3 Norte. Veja a foto no *Blog do Ari Cunha*.

Vida da cidade

» Foi justa a homenagem aos 60 anos do Colégio Sacre Couer de Brasília. A iniciativa foi do deputado distrital Jorge Viana do Podemos.

Estranho

» Não é mais possível encontrar no YouTube vídeos feitos em equipamentos tecnológicos avançados que mostram a reação dos fetos durante o aborto. Imagens fortes e que podem convencer muitas pessoas a desistir desse tipo de assassinato. Coincidentemente, o assunto da descriminalização do aborto está voltando.

» História de Brasília

Diga presente, ao baile da cidade. Dia primeiro, no Teatro Nacional. Você estará prestigiando a cidade, e poderá dizer, depois, que já participou de um baile, em que não havia penetas. Será o primeiro baile de Brasília, no carnaval, e marcará uma história que os outros contarão. (Publicada em 17/2/1962)